

O racional *versus* o razoável

*The rational versus the reasonable*¹

Raquel Cipriani Xavier

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

cipriani.raquel@gmail.com

1. Explicações conflitantes sobre o papel da razão na orientação da conduta. Provavelmente, poucos termos ocorrem com mais frequência na literatura da teoria moral do que “racional”, “razoável” e seus antônimos. No entanto, na discussão filosófica sempre houve, e continua a haver, uma discordância considerável quanto ao que tais termos significam quando aplicados à conduta. Muitos teóricos consideram “razão” como um princípio que exige de um agente moral algum tipo de atitude utilitarista em questões de conduta: para eles, a pessoa “racional” é aquela que agirá de modo a “maximizar valores”². Outros, como Kant, procuram derivar da “razão” um princípio de equidade formal, como o imperativo categórico. Outros ainda concordam com o espírito da máxima de Hume, segundo a qual “Não é contrário à razão eu preferir a destruição do mundo inteiro a um arranhão em meu dedo. Não é contrário à razão que eu escolha minha total destruição só para evitar o menor desconforto a um índio ou de uma pessoa que me é inteiramente desconhecida.”³

Que filósofos competentes discordem tão profundamente sobre um assunto tão importante e tão discutido como este pode, certamente, ser explicado apenas por uma única hipótese: a saber, estão falhando em distinguir adequadamente entre os vários sentidos do termo “razão” e seus derivados. A presente discussão estabelece para si o modesto objetivo de remover ao menos um obstáculo no caminho do acordo, apontando uma distinção básica entre o significado do termo “racional” e o do termo “razoável”. A maioria dos filósofos morais assume que esses dois termos (ou seus antônimos) são sinônimos em todos os contextos. Desejo salientar, entretanto, que, pelo menos, em alguns contextos, o termo “razoável” é usado com implicações que não se estendem ao termo “racional” e que, portanto, é necessário traçar uma distinção entre ambos os termos. Algumas das consequências desta distinção serão brevemente desenvolvidas.

2. A conduta irrazoável é necessariamente irracional? Vamos considerar a seguinte situação: dois indivíduos, A e B, têm uma pretensão igualmente forte por receber uma determinada quantia em dinheiro (talvez, por exemplo, uma comissão sobre a venda de certos bens, em cuja

¹ Texto de W.M. Sibley, originalmente publicado em *The Philosophical Review*, Vol. 62, No. 4 (January 1953) (Oct., 1953), pp. 554-560 (<https://doi.org/10.2307/2182461>). Agradeço à Duke University Press por autorizar a presente tradução. A distinção entre racional e razoável e razoável proposta por Sibley neste artigo é retomada por John Rawls ao sustentar que os cidadãos possuem duas faculdades morais, o racional e o razoável (cf. *O liberalismo político*, Conferência II, §1.1, nota 1.).

² Para uma excelente confirmação desta posição, ver a Part II de J. B. Pratt's *Reason in the Art of Living* (New York, Macmillan, 1949).

³ A *Treatise of Human Nature*, II, iii, 3. N.T.: Utilizo aqui a tradução de Débora Danowski para a passagem de Hume citada por Sibley. Cf. HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Débora Danowski. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009, p. 452.

Recebido em 4 de setembro de 2025. Aceito em 29 de setembro de 2025.

venda ambos desempenharam um papel). O indivíduo *A*, no entanto, está em posição de reter todo o dinheiro para si mesmo e decide fazer isso sem levar em consideração os direitos de *B* em tal questão. Considerando que *A* esteja totalmente ciente do que está fazendo, como poderíamos caracterizar sua ação? Certamente, a caracterizaríamos como uma ação egoísta e, também, do ponto de vista moral, como errada. Assim, – especialmente se *B* (ou alguém que fale em seu nome) tivesse protestado contra a decisão de *A*, – nós atribuiríamos ainda à conduta de *A* um outro adjetivo: *irrazoável*. As consequências da ação de *A* sobre o bem-estar ou os direitos de *B* não constituem para *A* uma circunstância tal que ele esteja disposto a levar em conta na formação de sua decisão – exceto, talvez, na medida em que estas consequências possam afetar negativamente os próprios interesses de *A*, mesmo que de maneira indireta. O fato de *B* ser prejudicado não é considerado por *A* como uma razão suficiente para decidir agir de outra forma. Sendo egoísta, o indivíduo *A* não levará em consideração qualquer princípio a partir do qual o indivíduo *B* pudesse tentar argumentar com ele.

Entretanto, defendo que não necessariamente – ou, pelo menos, não imediatamente – chamaríamos *A* de irracional no sentido em que “irracional” significa “tolo”, “absurdo”, “ridículo”, “sem sentido” ou “pouco inteligente”. Supondo que o indivíduo *A* seja um egoísta empenhado em maximizar seu próprio bem-estar, estaríamos preparados para julgá-lo como tolo ou pouco inteligente apenas se ele fizesse uma estimativa incorreta dos resultados de seu próprio egoísmo e, ao fazê-lo, realmente prejudicasse o seu próprio bem-estar final. Nesse caso, seria correto acusar *A* de ter agido não apenas de maneira egoísta, mas também tola tanto do ponto de vista “irrazoável” quanto do “irracional”. Que toda ação egoísta ou “injusta” seja também, em última análise, uma ação tola em termos de seu próprio bem-estar real é uma posição tão antiga quanto a *República*. E pode ser que seja uma posição sensata. Todavia, nosso ponto consiste no fato de que é necessário apresentar algum argumento adicional (por exemplo, um argumento baseado em uma análise da verdadeira natureza e das necessidades do ser humano) para sustentar essa posição – isto é, para mostrar que há uma conexão entre a mera insensatez intelectual e a atitude irrazoável demonstrada pelo homem egoísta. Em suma, condenar *A* como irrazoável não é *ipso facto* marcá-lo como irracional; e, portanto, esses dois termos não são, pelo menos neste contexto, sinônimos.

3. O significado de “racional”. Antes de prosseguirmos, tentaremos especificar de maneira mais precisa os significados apropriados desses dois termos. Sugiro que o termo “racional”, quando aplicado à conduta, seja utilizado com as seguintes implicações:

(A) (i) No que diz respeito aos *fins* que proponho para mim mesmo, “racional” implica: (a) que eu deveria ter uma compreensão informada da natureza dos fins que pretendo alcançar, incluindo nessa reflexão a compreensão do seu alcance na medida em que afetam outros fins – não apenas os meus, mas também os de outras pessoas afetadas por minhas ações; e (b) que, no caso de um conflito entre dois dos meus fins propostos, eu escolha aquele que realmente prefiro, ou seja, aquele fim que, após reflexão informada e cuidadosa, levando em consideração minha própria experiência e o que sei da experiência de outros, julgo ser de maior valor para mim.

(ii) No que diz respeito aos meios propostos para alcançar esses fins escolhidos racionalmente, implica que eu selecione aqueles meios que, com base nas melhores evidências disponíveis, são a forma mais eficaz para realizar esses fins; e que tomo conhecimento de todas as outras medidas que estão a meu alcance e que são necessárias para salvaguardar a realização de meus

fins.

(B) No que diz respeito à minha vontade, implica que eu ajo de acordo com as decisões tomadas por esse processo de reflexão, não permitindo que quaisquer influências emocionais me persuadam a seguir num caminho contrário.

Falhar em qualquer um ou em todos esses aspectos é ser irracional, no sentido de ser tolo, absurdo, pouco inteligente. Assim, eu me comporto irracionalmente quando não me preocupo em compreender a verdadeira natureza dos fins que estabeleço para mim mesmo; ou quando eu imprudentemente sacrifico um fim por uma segunda opção que, quando alcançada percebo como sendo de menor valor para mim do que a primeira teria sido; ou, quando seleciono meios irrealistas; ou, quando, tendo chegado a uma decisão suficientemente racional, falho em implementá-la na prática. Racionalidade – pelo menos nesses sentidos da palavra – é essencialmente uma virtude *intelectual*, embora também inclua secundariamente uma referência à vontade.

É pertinente observar que a mera caracterização de uma pessoa como racional não acarreta imediatamente qualquer informação a respeito de outras disposições ou fins dessa pessoa. As disposições egoístas ou altruístas, por exemplo, não são *per se* nem racionais nem irracionais. Tais adjetivos tornam-se aplicáveis às disposições ou ações apenas quando estas são vistas em relação a algum fim tomado pelo agente como último. Assim, pode ser irracional da minha parte preferir a destruição do mundo inteiro a arranhar meu dedo – mas apenas se, por exemplo, eu fosse o tipo de pessoa que realmente não deseja obter uma quantidade insignificante de bem-estar pessoal ao custo de calamidade para os outros; ou se, embora sendo um egoísta completo, não percebesse que a destruição do mundo inteiro poderia muito bem ter consequências piores para mim do que arranhar meu dedo. Não podemos caracterizar qualquer ação como racional ou irracional, a menos que possamos presumir as disposições ou propósitos que orientam o agente. Não é irracional de minha parte colocar meu braço no fogo – se meu objetivo é mutilar ou destruir a mim mesmo.

É evidente que, para agir racionalmente, devo levar em consideração todos os fatores relevantes; e dentre estes estará a reflexão sobre como aquilo que pretendo fazer irá repercutir sobre a satisfação dos interesses das outras pessoas. Caso contrário, dificilmente posso dizer que tenho uma compreensão inteligente do que estou fazendo. Há, contudo, uma diferença óbvia entre (1) levar em conta os interesses das outras pessoas tomando-as meramente como elementos na situação capazes de afetar a promoção de “meus próprios” interesses (onde os “meus próprios” interesses são opostos ou, pelo menos, distintos, dos interesses dos outros); e (2) levar em consideração os interesses dos outros como um espectador desinteressado e imparcial poderia fazer, ou seja, colocando-os em pé de igualdade com “meus próprios” interesses. Qualquer egoísta prudente leva em consideração os interesses dos outros no primeiro sentido. Mas levar em conta seus interesses no segundo sentido requer algo a mais do que simplesmente possuir um intelecto capaz de calcular corretamente as consequências futuras. Exige uma disposição genuinamente empática (*sympathetic disposition*) para com as outras pessoas, uma prontidão em se preocupar sinceramente com os interesses “delas” em si mesmos, assim como com os meus, e uma disposição para ser “objetivo” não apenas em um sentido lógico, mas também em um sentido distintivamente moral. Se eu possuir essa virtude *moral*, não serei, então, meramente *racional*, mas também estarei disposto a agir, quando os interesses dos outros estiverem envolvidos, de maneira *razoável*.

4. O significado de “razoável”. Quando julgamos que alguém agiu de maneira razoável, podemos ter em mente uma situação moral ou não moral. Por exemplo, quando dizemos que “O investimento de C não deu certo”, poderíamos dizer, “mas o risco envolvido era razoável, e ele tomou todas as precauções razoáveis.” Aqui, “razoável” significa, até onde posso ver, a mesma coisa que “racional”: C agiu apenas após uma análise inteligente da situação, aceitou somente os riscos que, com base nas evidências, uma pessoa racional estaria disposta a aceitar e tomou as precauções que a prudência normalmente ditaria. Mas, em uma situação na qual os juízos morais são pertinentes, se eu desejo que minha conduta seja considerada *razoável* por alguém que toma o ponto de vista moral devo demonstrar algo mais do que mera racionalidade ou inteligência. Ser razoável, nesse contexto, é ver a questão – como costumamos dizer – do ponto de vista da outra pessoa, descobrir como cada uma seria afetada pelas possíveis ações alternativas; e, além disso, não apenas para “perceber” isso (pois qualquer pessoa meramente prudente o faria), mas também para estar disposto a ser desinteressadamente *influenciado* ao tomar uma decisão a partir da avaliação desses possíveis resultados. Devo justificar minha conduta com base em um princípio ao qual todas as partes interessadas possam apelar e a partir do qual possamos raciocinar em conjunto. Se busco, por exemplo, justificar minha ação apontando algum bem que ela produz para mim, devo estar preparado para aceitar, ao menos como uma objeção *prima facie*, que ela tem como resultado algo que o outro julga prejudicial a si mesmo. A razoabilidade, portanto, requer imparcialidade, “objetividade”; expressa-se na noção de equidade (*equity*). Essa exigência é, acredito, a essência do princípio de universalidade de Kant. A alternativa a ela é apenas o recurso à força.

Embora a fórmula kantiana possa expressar a essência da “razoabilidade”, é inútil, contudo, tentar, como fez Kant, derivar a noção de comportamento razoável da noção de mera racionalidade. Neste sentido, somente agirei razoavelmente se eu tiver o *desejo* de ser razoável. A razão pode servir a essa “paixão” como serve a outras paixões, indicando para mim o que é exigido em minha conduta, caso esse seja o fim que me propus a alcançar. Mas a razão não escolhe esse fim, e não pode me oferecer quaisquer razões para ser razoável. A razão só entra em jogo quando algum fim já foi proposto. Certamente, se pretendo ser um egoísta, a razão pode aconselhar prudência em meu egoísmo; posso ser advertido a me comportar – ao menos externamente – de maneira razoável por medo das penalidades que enfrentaria se não o fizesse. No entanto, o que a razão me diz, então, não é simplesmente: “Seja razoável!” mas sim: “Seja razoável – se for necessário!” Ela emite apenas imperativos hipotéticos.

Hume está, portanto, correto ao ver que a moralidade não decorre unicamente da razão. A moralidade surge de uma disposição distinta, que pode ou não coexistir com a inteligência. Essa disposição não pode ser inculcada na mente de quem a não tem apenas por meio de argumentos, embora possa ser inculcada por outros métodos. Por outro lado, porém, é um erro supor que, quando buscamos uma justificativa moral para nossa conduta, abandonamos completamente o raciocínio e recorremos apenas a diversas técnicas de persuasão não racional. Uma vez que uma pessoa decide que deseja agir moralmente, a reflexão pode revelar com quais princípios ela está implicitamente se comprometendo e, assim, indicar-lhe quais proposições são relevantes – e quais são relevantes e suficientes – para o processo de justificação moral de sua conduta. Tendo desejado ser razoável, ela está, então, obrigada a apresentar razões – não emoções.

5. A conduta racional “maximiza valores”? Há um aspecto do assunto em questão que exige

uma discussão mais aprofundada. Afirma-se que uma pessoa racional “prefere o valor maior ao menor”, e, a partir disso alguns escritores inferem que uma pessoa racional “maximizará valores” segundo a maneira proposta pela teoria utilitarista. Admito a afirmação, mas rejeito a inferência. Suponha – para modificar nosso exemplo anterior – que *A* está em uma situação de prosperidade e abundância, enquanto *B* se encontra em uma situação desesperadora, com pesadas responsabilidades; mesmo assim, tal como antes, *A* toma para si o dinheiro, em prejuízo de *B*. Não se poderia, então, propor o seguinte argumento: “Sem dúvida, *A* preferiu aqui o menor valor ao maior; não teria sido *melhor* se ele tivesse dado o dinheiro a *B*? E não é isso, o fracasso em conseguir o melhor, em maximizar os valores, a própria essência da irracionalidade?”

Contudo, expressões tão triviais como “preferir o valor maior ao menor”, “maximizar valores” etc., devem ser usadas com cautela, ou resultarão em confusões notáveis. Essas expressões (presuponho aqui) são sempre elípticas. Ou seja, devemos indagar *de qual ponto de vista* é melhor que *B* receba o dinheiro. Certamente, suponho, não seria melhor do ponto de vista do indivíduo egoísta *A*. Estamos de acordo que a ação de *A* implica a ruína de *B*; mas o fato de *que a perda do dinheiro significa a ruína de B* não significa nada para *A*. A *felicidade* de *B* não é, para *A*, de forma alguma, um valor positivo. A *riqueza* de *A* é a única coisa que *A* valoriza; do *seu* ponto de vista, os valores *foram* maximizados e não podemos dizer (pelo menos sem mais evidências) que ele tenha sido irracional.

Agora, concordo que emitiríamos um juízo como: “É melhor que *B* fique com o dinheiro.” Mas quem somos “nós”? Para que tal juízo tenha qualquer sentido objetivo, somos implicitamente obrigados a assumir algum ponto de vista que seja *critério*. Localizamos esse critério no ponto de vista de um espectador *C* informado, imparcial e empático. Suas preferências tornam-se, para o juízo moral, as normativas ou padrão. É *C* quem prefere, e julga melhor, que *B* seja resgatado do infortúnio, ao invés de que o saldo bancário já expressivo de *A* seja aumentado ainda mais. Mas *C*, ao acusar *A* de deixar de fazer o que *C* considera melhor, não irá automaticamente julgar *A* como irracional. Ele julgará que *A* agiu erroneamente, e ele também pode, com propriedade, acusar *A* de não ser razoável, pois ser razoável é equivalente a estar disposto a resolver disputas como *C* as resolveria. Antes que *C* possa afirmar que *A* é irracional, entretanto, ele deve saber quais são as disposições que orientam a conduta de *A*. Se, como em nosso exemplo, as disposições de *A* são puramente egoístas, então *C* teria que demonstrar que *A* foi míope em seu egoísmo. Alternativamente, se *A* – para mudar um pouco o exemplo – possui um interesse genuíno em agir de maneira razoável, mas, por algum motivo falhou em fazê-lo nesta ocasião e mais tarde demonstra arrependimento, pode-se novamente dizer que ele agiu de forma irracional (*foolishly*); pois o arrependimento é um sinal de que ele não agiu de acordo com suas preferências fundamentais.

Uma pessoa que é racional, então, não é *ipso facto* utilitarista. Enquanto racional, ela agirá de modo a alcançar aquilo que, para ela, representa um valor maior; fará aquilo que realmente prefere fazer. Mas esse fato não esclarece *o quê* ela realmente prefere fazer. Se, no entanto, ela preferir agir forma razoável, então, necessariamente, ao raciocinar sobre sua conduta, dará atenção ao sentido da máxima utilitarista. Enquanto o egoísta nunca ignora quem experimenta as “dores” e “prazeres” produzidos por uma ação, a pessoa razoável o faz, e, portanto, – as outras circunstâncias permanecendo iguais – o fato de que a ação *X*, por exemplo, causa uma “pequena dor” para *A*, mas um “grande prazer” para *B*, o influenciaria a aprovar *X*. O cálculo utilitarista talvez não

seja suficiente, mas certamente é pertinente.

6. Conclusão. As seguintes conclusões emergem de nossa discussão: (1) Saber que uma pessoa é racional não nos permite saber quais os fins que ela buscará em sua conduta; sabemos somente que, quaisquer que sejam esses fins, ela buscará realizá-los de maneira inteligente. (2) Saber, entretanto, que uma pessoa está disposta a agir razoavelmente no que diz respeito aos outros, nos permite inferir que ela está disposta a orientar sua conduta por um princípio de equidade (*equity*) a partir do qual ela e os demais podem raciocinar em comum; e também que ela, ao tomar suas decisões, aceitará como relevantes *per se* as informações relativas às consequências de suas ações sobre o bem-estar de outrem. A disposição para ser razoável não deriva e nem se opõe à disposição de ser racional. No entanto, é incompatível com o egoísmo, pois está essencialmente relacionada à disposição de agir moralmente.

W.M. Sibley

Universidade de Manitoba